

## A HERANÇA ESCRAVOCRATA NAS PROFISSÕES DE MULHERES NEGRAS: O CASO DAS FEIRAS E DO TRABALHO DOMÉSTICO

Dara Maria Andrade Nascimento<sup>1</sup>  
Ana Luíza Costa Ribeiro<sup>2</sup>

**Resumo:** Durante todo o curto percurso historiográfico brasileiro, inaugurada com a chegada lusitana em Pindorama<sup>3</sup>, a escravidão de povos negros e indígenas sempre se fez presente, seja nos períodos onde chibatadas em praça pública eram legalizadas, seja ainda no presente no qual essas feridas se mantêm sem tratamento. Partindo de uma ótica interseccional, propomos levantar, por meio de revisão bibliográfica, as vivências trabalhistas de mulheres negras nas cidades brasileiras, focalizando no trabalho de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, analisando o percurso histórico que parte do período colonial até o regime presente, como as marcas desse passado permanecem profundamente inseridas em nossa sociedade, buscando identificar as relações que destinaram o trabalho informal à população negra e a construção dos ofícios de feirante e trabalhadoras domésticas no Brasil contemporâneo. Diante disso, esse artigo tem o intuito de mostrar como esses trabalhos se relacionam com o passado colonial e os problemas que isso traz na vivência dessas mulheres.

**Palavras-chave:** herança escravocrata, mulheres negras, domésticas, feirantes.

### Introdução

A escravidão é uma mácula na história do Brasil que se reflete de muitas formas na sociedade. Iniciado oficialmente em 1550, o tráfico transatlântico negreiro trouxe às terras brasileiras aproximadamente 5,8 milhões de africanos durante a legalização da escravatura (HEN et al, 2010), traduzindo-se na maior diáspora registrada na história. Este período pode ser considerado um holocausto diante da exploração dos povos africanos tentando destruir sua cultura, origem, família, religião e transformá-los em máquinas de trabalho.

Todo o processo de animalização desse povo realizado pela branquitude gerou raízes profundas, fincadas por quase quatro séculos, e a abolição não significou uma ruptura com essa estrutura, a população negra continuou sendo vítima de um racismo e enfrentando diversas dificuldades por conta disso. Uma das grandes barreiras vividas até hoje é a oportunidade de estudos e conseqüentemente de um emprego com melhor

---

<sup>1</sup> Mestranda do PPGAU/UFAL, nascimento.dara@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Design FAU/UFAL, ana.ribeiro@fau.ufal.br

<sup>3</sup> Nome do Brasil antes da chegada dos portugueses.

remuneração, e as mulheres, por serem oprimidas pelo gênero e pela raça, têm enfrentado dificuldades ainda maiores de mobilidade social. (GONZALEZ, 1984)

Analisando os espaços ocupados pelas mulheres escravizadas no período colonial e imperial do Brasil e os espaços ocupados por mulheres negras hoje notamos que não houve grandes diferenças, por isso, este artigo busca refletir acerca das vivências femininas negras como trabalhadoras urbanas e suas relações com o passado. Duas ocupações que possuem uma relação muito próxima com o período colonial são o trabalho doméstico e as feiras.

O trabalho nas casas dos senhores de engenho era realizado por mulheres escravizadas, muitas eram amas de leite, e cuidavam das crianças e de todas obrigações domésticas da residência. Ao longo do século XVII, as cativas tiveram agregadas as suas funções o trabalho doméstico e, pouco depois, atribuições fora da Casa Grande, como vendedora ambulante de alimentos, de hortaliças ou ervas de efeito curativo (HEN et al, 2010), atividades observadas por muitos pintores viajantes como Debret, ver imagem 1.

IMAGEM 1: Jean Baptiste Debret “**Entrudo**” Rio de Janeiro - RJ, 1823



Fonte: Ana Maria de Moraes. **A Construção da Paisagem**. São Paulo: 1994. p 83.

Observando os trabalhos ocupados por mulheres negras hoje, pouco mais de 130 anos da nossa história republicana, as opções de trabalhos para essa população não

mudaram muito, afinal muitas delas continuam exercendo atividades domésticas nas casas de famílias brancas ou buscam alguma autonomia, por falta de opção, no ofício de feirante, sendo dois trabalhos subalternos e informais.

### **A herança escravocrata no mercado de trabalho feminino**

O período colonial no Brasil hierarquizou a sociedade de modo muito rígido, o senhor de terras, branco era o detentor do poder econômico e político e os escravizados eram a força produtiva que não detinham nenhum poder. Havia também os alforriados que viviam em condições precárias e ofereciam sua força de trabalho ou optavam pela venda de produtos pela rua. (NASCIMENTO, 1976)

Além de se hierarquizar racialmente, a sociedade brasileira também se dividia a partir da misoginia, as mulheres brancas exerciam seu papel de mãe, esposa e gerenciava as atividades da casa que eram realizadas majoritariamente por mulheres negras. Essas mulheres escravizadas eram a mais prejudicadas, pois além de serem exploradas, assim como homens negros, também eram vítimas de violência sexual e encaradas como uma máquina reprodutora de mais mão de obra escrava. (NASCIMENTO, 1976)

Essa hierarquização do período escravocrata que permeou a colonização até o Brasil Império permanece praticamente intacto no pós abolição, e por isso há inúmeros reflexos desse período na sociedade atual. A população negra brasileira sofre com mazelas sociais oriundas da escravidão e podemos perceber isso quando cruzamos dados sobre pobreza, moradia em área de risco, população carcerária, trabalhos informais, todos esses recortes tem uma concentração muito maior de pessoas negras do que brancas, e as mulheres negras permanecem sendo mais prejudicadas dentro desse sistema hierárquico. (GONZALEZ, 1984)

“A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. Dessa maneira, a “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não mudou muito. (...) Se a mulher negra hoje permanece ocupando empregos similares aos que ocupava na sociedade colonial, é tanto devido ao fato de ser uma mulher de raça negra como por seus antepassados terem sido escravos.” (NASCIMENTO, 1976)

As autoras negras brasileiras, Lélia Gonzalez (1984), Beatriz Nascimento (1976), Sueli Carneiro (2003) e Djamila Ribeiro (2019) traçam a mesma conclusão: mulheres negras estão destinadas aos trabalhos precarizados. Para Gonzalez (1984) “cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” são trabalhos destinados às mulheres negras, Nascimento (1976) assim como Carneiro (2003) apontam que os empregos domésticos são a grande base dos trabalhos realizados por essas mulheres e Ribeiro (2019) mostra também que as mulheres negras são a maioria quando se trata de pessoas desempregadas.

Djamila Ribeiro (2019) alega que “(...) mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos”, pois para elas, não restaram opções a não ser continuar exercendo as atividades domésticas na casa de famílias brancas e o ofício feirante, recebendo valores irrisórios. Os dados de 2018 do IBGE mostram que 47,8% das mulheres negras estão em trabalhos informais, enquanto as mulheres brancas são 34,7%, mostrando que, mesmo após pouco mais de 130 anos da nossa história republicana, as mulheres negras ainda são mais prejudicadas no mercado de trabalho brasileiro.

Fica muito claro que o pós abolição não trouxe nenhuma medida para diminuir as desigualdades nem reparar os malefícios provocados contra a população negra, e os sistemas econômicos e políticos se mantiveram a partir de uma hierarquia de classes e de dominação racial e de gênero, ou seja o homem branco está no topo da pirâmide detendo mais privilégios e poder, seguidos pela mulher branca, depois homens negros e por fim mulheres negras.

O efeito continuado da discriminação feita pelo branco tem também como consequência a internalização pelo grupo negro dos lugares inferiores que lhes são atribuídos. Assim, os negros ocupam de maneira contínua os mesmos lugares na hierarquia social, desobrigando-se a penetrar em espaços designados para os grupos de cor mais clara e perpetuando dialeticamente o processo de domínio social e privilégio racial. (NASCIMENTO, 1976).

Beatriz Nascimento (1976) também relata que as pesquisas entre os anos de 1940 e 1970 mostram que mulheres brancas conseguiram maior acesso ao curso superior e diminuiu a desigualdade econômica entre ela e o homem branco, mas esse

movimento não ocorreu com mulheres negras. Nascimento (1976) explica que a partir de 1930 com a ascensão das indústrias houve necessidade de mais mão de obra e as mulheres começaram a ingressar no mercado de trabalho, como as brancas tiveram maiores oportunidades de estudos elas puderam ascender no trabalho e ocupar níveis um pouco mais altos ao contrário das negras que não tinham o mesmo nível educacional.

Essa realidade permanece até os dias atuais, segundo dados do IBGE de 2016, a população de mulheres negras, de 25 anos de idade ou mais, com ensino superior completo é de 10,7%, já as mulheres brancas são 23,5%. Sueli Carneiro (2003) afirma que “para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social”, pois além delas terem maior dificuldade em atingir o mesmo nível educacional quando alguma delas consegue recebe menos que os brancos, afinal o racismo está estruturado em todas instâncias da sociedade.

É criada uma barreira para que negros não avancem e não ocupem posições de liderança, no entanto quando estes não conseguem atingir esse patamar os brancos trazem a tona o mito da meritocracia. Carneiro (2003) exemplifica muito bem a respeito disso quando comenta sobre a fala de uma juíza que se diz contra cotas raciais para universidades pois, segundo ela, as mulheres conseguiram se tornar maioria na universidade sem necessidade de cotas. Diante disso, Carneiro (2003) rebate dizendo que:

(...) os estudos recentes sobre a mulher no mercado de trabalho revelam que elas precisam de uma vantagem de cinco anos de escolaridade para alcançar a mesma probabilidade que os homens têm de obter um emprego no setor formal. Para as mulheres negras alcançarem os mesmos padrões salariais das mulheres brancas com quatro a sete anos de estudos, elas precisam de mais quatro anos de instrução, ou seja, de oito a onze anos de estudos. Essa é a igualdade de gênero e de raça instituída no mercado de trabalho e o retorno que as mulheres, sobretudo as negras, têm do seu esforço educacional. (CARNEIRO, 2003).

Além das dificuldades da mulher negra de alcançar nível educacional e assim conseguir empregos melhores, é importante lembrar que muitas delas são as

responsáveis financeiras de sua família: no país são 28,9 milhões de famílias chefiadas por mulheres e cerca de 11 milhões de famílias compostas por mães solo, sendo 87,2% delas são pretas ou pardas, com mais da metade vivendo abaixo da linha da pobreza, segundo dados do IBGE 2010. Esta conjuntura, reforça o ciclo de subsistência das mulheres negras, desde sua infância até a fase adulta.

Joseli Silva (2007) mostra pesquisas mais antigas que apontam que de 1992 para 2002 houve um aumento de 60% de famílias chefiadas por mulheres, e segundo a pesquisa “Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios” de 2018, houve um aumento de 105% dessa estrutura entre 2001 e 2015. Silva (2007) já apontava que essa organização familiar se relacionava com a pobreza, pois a maioria dessas mulheres empobreceram quando se tornaram chefes de família “pela dissolução conjugal e notadamente porque investiram seu tempo de existência em determinados campos da vida, como a maternagem e o cuidado com a reprodução familiar, e deixaram de investir em sua formação profissional”.

O nível educacional influencia no mercado de trabalho para as mulheres, como também, o fato delas serem as maiores responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos. Esse trabalho doméstico ocupa muito tempo no dia a dia da mulher e por isso têm maiores dificuldades de estudar e também de encontrar empregos formais. Segundo os dados do IBGE de 2015, as mulheres realizam 26 horas semanais de afazeres domésticos e cuidado de pessoas e os homens apenas 11. Além disso, a falta de creches retira as mulheres do mercado formal, em 2015, as mulheres que tinham filhos fora da creche representavam 49% de participação no trabalho formal, enquanto a taxa das mulheres com filhos que estavam na creche foi de 68%, por conta dessas dificuldades muitas delas recorrem a empregos informais.

Diante de todas essas informações, percebemos que a herança do período escravagista é a manutenção da pobreza e de trabalhos precarizados no qual a mulher negra é a mais prejudicada por ser oprimida pelo gênero e pela raça. Dois trabalhos que possuem ligação direta com o período colonial e imperial são o emprego doméstico e as feiras, os dois possuem o caráter precarizado, as domésticas apesar de ter a possibilidade de carteira assinada é uma realidade muito distante, enquanto o trabalho das feirantes ainda é pouco presente nas resoluções trabalhistas.

## Domésticas

O sistema patriarcal esteve presente no Brasil desde o período colonial português, e com isso, os afazeres da casa e cuidado de pessoas sempre estiveram nas mãos de mulheres. No caso das mulheres brancas no período colonial e imperial esse trabalho era passado para as escravas, inclusive servindo como amas de leite, ver imagem 2. Após a abolição as mulheres negras continuaram exercendo esse tipo de profissão e com o tempo não eram mais amas de leite, mas continuavam os cuidados das crianças e da casa de suas patroas brancas.

Imagem 2: Augusto Gomes Leal e a ama-de-leite Mônica. Recife/PE, 1860.



Fonte: Fotografia de João Ferreira Villela, Fundação Joaquim Nabuco

Segundo dados de 2018 do IPEA, 14,6% das mulheres brasileiras são domésticas e 63% delas são negras, o Instituto conclui que esse “é um trabalho realizado majoritariamente por mulheres negras oriundas de famílias de baixa renda” (IPEA, 2018). E apesar da PEC das Domésticas ter sido aprovada em 2013, cinco anos depois o número de mulheres com carteira assinada, segundo o IPEA, é de 28,6%, e a maioria delas vivem sem segurança no trabalho e com dificuldades para se aposentar.

A vice presidente do Sindicato das Domésticas de Sergipe, Quitéria Santos explica que após a aprovação da PEC houve um aumento nas demissões de mensalistas, pois os contratantes não queriam regularizá-las, e com o tempo as contratações que

ocorreram eram em sua maioria de diaristas e dessa forma não precisavam assinar a carteira. A respeito disso Quitéria Santos comenta:

De início foi um grande impacto, porque ele (*os patrões*) tinham várias empregadas domésticas em casa, tinham a escrava em casa, não era uma trabalhadora porque você ter um trabalhador, só para pagar mixaria, que não é registrado, não é legalizado certinho não é um trabalhador é um escravo. (...) Eles tinham o hobby de dizer “tenho 5 trabalhadoras”, mas o dinheiro era um salário dividido para todas. (SANTOS, 2021)

Diante disso, percebe-se como essa categoria é um reflexo do período colonial e imperial, as mulheres negras não tiveram mudanças significativas no mercado de trabalho após a abolição e permanecem sem direitos garantidos. Lélia Gonzalez fala dessa relação desde 1984, explicando que a doméstica de hoje é a mucama de ontem, termo definido pelo Aurélio apud Gonzalez (1984) como “a escrava (...) de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, por vezes, era ama de leite.”, Gonzalez (1984) acrescenta que

(...) a escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das menores, condições de vida amena, fácil e na maior parte das vezes ociosa. Cozinhava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor. (GONZALEZ, 1984, Apud HAHNER, 1978)

Essa realidade não mudou muito, ainda são as mulheres negras que garantem que mulheres brancas trabalhem fora de casa e tenham sua residência em ordem. Nascimento (1976) complementa dizendo:

(...) devido ao caráter patriarcal e paternalista, atribui-se à a mulher branca o papel de esposa e mãe, com a vida dedicada ao seu marido e filhos. Desse modo, seu papel é assinalado pelo ócio (...), sua correspondente no outro polo, a mulher negra é considerada uma mulher essencialmente produtora, papel semelhante ao do homem negro, isto é, desempenha um papel ativo. (NASCIMENTO, 1976)

Diante do que foi colocado fica evidente como a categoria das domésticas é uma continuidade do trabalho das escravas no passado, e como essa profissão continua relegada à informalidade. A PEC das domésticas deveria ser a reparação histórica desse

passado, mas falta fiscalização e interesse para garantir os dinheiros a essas mulheres, afinal a lógica patriarcal e racista permanece estruturada na sociedade e com interesses claros de manter seus privilégios. Além disso, como já citado, as mulheres negras são a maioria ocupando trabalhos informais e apesar dos problemas as domésticas têm uma regulamentação prevista em lei ao contrário de outras ocupações como é o caso das feirantes, profissão que também tem origem no passado escravagista.

### **Mulheres e Feiras Populares**

Um fator importante para a construção da realidade sobre as relações de gênero e, em alguns casos, do protagonismo feminino nos trabalhos urbanos, como já explicitamos anteriormente, é recordar do vínculo histórico atribuído a essas mulheres durante o período escravista. Neste tópico, buscamos relembrar o processo de deslocamento da mulher escravizada da Casa Grande rumo ao varejo alimentar e como as mulheres racializadas ajudaram a construir as feiras populares brasileiras. Antes de tudo, é importante ressaltar como o território feirante foi componente importante nas vidas das mulheres negras durante os séculos que se passaram desde que foram trazidas ao Brasil.

Durante esse período, no qual apenas o senhor delegava as responsabilidades e decretava quem iria trabalhar na rua, algumas ocupações eram praticamente exclusivas de escravizadas, como a profissão de quitandeira. O comércio ambulante de alimentos pertencia apenas às mulheres conhecidas como “escravas de ganho” que, por sua vez, possuíam maior mobilidade dentro do espaço urbano, contatando as mais diferentes pessoas, sendo o canal de comunicação entre libertos e escravizados (LEITE, 1984), ver imagem 3.

Através do ofício, essas mulheres conquistaram “arranjos com seus senhores, os quais lhes permitiam trabalho cotidiano lançando-se à própria sorte e aos quais prestavam conta ao final do dia” (JUNQUEIRA e PEETZ, 2015), dando-lhes a possibilidade de reunir quantias suficientes para pagar sua alforria. Era nas feiras também, que essas mulheres tinham a possibilidade de construir redes de sociabilidade e encontrar algum destino ao sair da Senzala.

Imagem 3: Marc Ferrez, “Vendedora Ambulante”, Rio de Janeiro, 1875.



Fonte: Biblioteca Nacional.

De tão comum, essa prática foi retratada na literatura de costumes, imortalizada pela personagem Bertoleza, de Aluísio Azevedo em *O Cortiço*, que lutou por sua emancipação através do ofício de quitandeira. Essas atribuições ordenadas às negras escravizadas também originaram a uma das figuras mais características da cultura popular de rua no Brasil: a baiana de acarajé. Filhas de Oxum, da Bahia e símbolo da feira de São Joaquim, a produção e venda de Acarajés por essas mulheres remontam há mais de três séculos de registros, segundo Dossiê IPHAN Ofício das Baianas de Acarajé e Rita Santos, coordenadora da ABAM, a Associação Nacional das Baianas de Acarajé.

Comparando a situação das domésticas, há uma impressão que as feirantes têm maior autonomia pela distância dos patrões, mas isso é uma falácia, a mulher trabalha muitas horas, ganhando pouco e sem a seguridade de seus direitos. A pobreza perpassa a vida de muitas dessas mulheres que moram em regiões periféricas, com falta de infraestrutura e com dificuldades na mobilidade urbana, se deslocando por grandes distâncias para chegar ao local de trabalho (SILVA, 2007). As mulheres negras feirantes são um reflexo das “escravas de ganho”, com tabuleiros oferecendo seus produtos e continuam vivendo subalternizadas assim como no passado.

## **Conclusão**

Tratar das relações trabalhistas da mulher negra no Brasil é tratar também da colonização e colonialismo assim como dos eixos identitários que se relacionam com o ser mulher e ser negra, ou seja, a opressão de gênero e estruturas racistas coincidem nessa vivência tipicamente brasileira. Neste sentido, compreendemos que as opressões têm mesma raiz, estruturadas no poder dominante “de supremacia branca patriarcal e capitalista, então desafiar apenas um aspecto do poder estrutural é praticamente ineficaz” (HOOKS,1981).

Diante disso, percebemos como essas estruturas modelam diversas esferas da sociedade, e o mercado de trabalho é uma delas, mostrando como as profissões de mulheres negras mudaram muito pouco ao longo de toda a história do Brasil. A informalidade no mercado de trabalho existe para todas as mulheres brasileiras devido à opressão de gênero que impõe a elas uma responsabilidade sobre os cuidados de pessoas e os afazeres domésticos, afastando-as do trabalho formal. Mas, além disso, o racismo coloca para as mulheres negras condições ainda mais perversas como a dificuldade em alcançar níveis educacionais altos e bons empregos perpetuando profissões existentes desde a escravidão.

Existe uma relação clara entre os trabalhos urbanos realizados por essas mulheres e o passado escravista brasileiro, afinal não houve reparação histórica no pós abolição. É necessário entender essas relações para traçar um melhor panorama sobre os problemas vividos pelas mulheres negras, os fatores que os produzem e a dinâmica de produção e reprodução das desigualdades sociais no Brasil, pois somente dessa forma poderemos modificar essa realidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento: Contribuições do Feminismo Negro**. In: Estudos Avançados, Vol. 17, nº 49, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, 2003, p. 117-133

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio. **Mulheres Chefes de Família no Brasil: Avanços e Desafios**. Rio de Janeiro : ENS-CPES, 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244

HEN, Boa; ADU, Albert. **História Geral da África: África sob dominação colonial**. Vol. VII. UNESCO, 2010. p 541-42

HOOKS, Bell. **Mulheres Negras: Moldando a teoria feminista**. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38, 2019 Disponível em <[Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil | IBGE](#)> Acesso 20 de abril de 2021

IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38, 2018. Disponível em <[Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil | IBGE](#)> Acesso em 15 de Abril de 2021

IBGE. **Estatísticas de Gênero: Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,43,432220,432360,432345,431550,430690,430930&cat=52,-16,55,-17,-18,128&ind=4704>>. Acesso em: 27 de Mar de 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Estudos\\_especiais/Mulheres\\_no\\_Mercado\\_de\\_Trabalho\\_2018.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Estudos_especiais/Mulheres_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf). Acesso em: 01 de Mai 2021.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Rio de Janeiro, 2018.

IPEA. **Oferta de Creche e Participação das mulheres no Mercado de Trabalho no Brasil**. 2017. Brasília, 2017. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7805/1/bmt\\_62\\_oferta.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7805/1/bmt_62_oferta.pdf). Acesso em: 01 Mai 2021.

IPEA. **Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua.** Brasília: Rio de Janeiro, 2019

IPHAN. **Dossiê: Ofício das Baianas de Acarajé.** Relação do Ofício com a Feira de São Joaquim. Brasília-DF, 2007. p.25.

JUNQUEIRA, Antônio Hélio; PEETZ, Maria da Silva. **100 anos de Feiras Livres na cidade de São Paulo.** São Paulo: Via Imprensa Edições de Artes, 2015.

LEITE, Miriam M. (org) **A condição feminina no Rio de Janeiro no século XIX.** Edusp: São Paulo, 1984.

NASCIMENTO, Beatriz. **A mulher negra no mercado de trabalho.** In: RATTTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial/Instituto Kuanza, 2006, p. 126-129

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala.** São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019

SILVA, Joseli Maria. **Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano.** Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p 117-134, jul./dez. 2007

SILVA. Lúcia Helena. **A Escravidão dos Povos Africanos e Afro-Brasileiros:** a Luta das Mulheres Escravizadas. ORG & DEMO, Edição Especial, Marília, v. 16, p. 85-100, 2015.

SANTOS, Quitéria. Entrevista concedida a Dara Maria Andrade do Nascimento. No prelo. In: Dissertação de Mestrado, PPPGAU/UFAL: Maceió, 2021.